

## OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO RIBEIRA – SP

Nádia Larissa Silva Ribeiro<sup>1</sup>  
Leandro de Lima Santos<sup>2</sup>  
Monyele Camargo Graciano<sup>3</sup>  
Carolina Rios Thomson<sup>4</sup>  
Ricardo Serra Borsatto<sup>5</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo a avaliação das efetividades da Política de Assentamentos estabelecida para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, tendo como parâmetro para tal processo seus objetivos institucionais, especialmente, os fundamentados no preceito constitucional do cumprimento da função social da propriedade rural. O caminho metodológico iniciou-se por meio de um levantamento bibliográfico, posteriormente, realizou-se uma pesquisa documental em relatórios fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que possibilitou a determinação do universo empírico a ser pesquisado: o Território Rural Vale do Ribeira, especificamente, o PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira situado no município de Eldorado e o PDS Professor Luiz de David Macedo no município de Apiaí. Logo após, efetuou-se a pesquisa de campo e a coleta de dados que se deu por meio de entrevistas e aplicação de formulários semiestruturados a um representante de cada família assentada. Por fim, com os resultados obtidos inferiu-se que, em ambos os assentamentos investigados, ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois a função ambiental da propriedade rural e os objetivos institucionais da política pública não vêm sendo cumpridos em sua totalidade.

**Palavras-chave:** Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Efetividades de Políticas Públicas. Função social da propriedade rural.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e-mail: naadiaribeiro@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduado em Economia, e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); e-mail: [leandrodelima@ufscar.br](mailto:leandrodelima@ufscar.br)

<sup>3</sup> Graduada em Direito e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); e-mail: monyelecamargo@gmail.com

<sup>4</sup> Graduada em Ciências Sociais, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e-mail: carolina.thomson@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduado em Engenharia Agrônoma e doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e-mail: ricardo.borsatto@ufscar.br

## THE CHALLENGES OF THE IMPLEMENTATION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT PROJECTS IN THE VALE DO RIBEIRA RURAL TERRITORY – SP

### ABSTRACT

The present research aims to the evaluation of the effectiveness of Settlement Policy established for the development of environmentally differentiated activities, having as a parameter for this process its institutional objectives, especially those based on the constitutional precept of the fulfillment of the social function of rural property. The methodological approach was initiated by means of a bibliographical survey. Later, a documentary research was carried out in reports provided by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), which allowed the determination of the empirical universe to be researched: the Rural Territory Vale do Ribeira, specifically PDS Agroambiental Alves, Teixeira and Pereira in the municipality of Eldorado and PDS Professor Luiz de David Macedo in the municipality of Apiaí. Shortly thereafter, field research and data collection were conducted through interviews and application of semi-structured forms to a representative of each settled family. Finally, with the results obtained it was inferred that in both settlements investigated, there is still a long way to go, since the environmental function of rural property and the institutional objectives of public policy are not being fulfilled in their totality.

**Keywords:** Sustainable Development Project. Effectiveness of Public Policies. Social function of rural property.

### INTRODUÇÃO

Segundo o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD, 1991), o desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades contemporâneas sem comprometer o acesso das gerações futuras na satisfação de suas próprias necessidades. Tal relatório tornou-se basilar para a construção do modelo sustentável utilizado pelos países. No que tange ao governo brasileiro, uma das ações promovidas foi a criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) em assentamentos rurais com o apoio do INCRA.

Os PDS's originaram-se na região norte do Brasil e, posteriormente, foram implantados em todo território. A principal finalidade deste projeto é atender os produtores rurais beneficiários inseridos em regiões suscetíveis de proteção ambiental (INCRA, 1999). No entanto, tal característica, ao longo dos anos, foi se adaptando à realidade de cada estado da federação.

No estado de São Paulo, o assentamento rural Território Rural Vale do Ribeira dispõe da maior parcela contínua de Mata Atlântica e de ecossistemas associados do

país, somando 40% das unidades de conservação do estado (ROMÃO, 2006). Neste território, há 133 famílias assentadas da reforma agrária distribuídas em dois assentamentos ambientalmente diferenciados: O PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira no município de Eldorado e o PDS Professor Luiz de David Macedo no município de Apiaí (MDA, 2016).

Com base no exposto, esta pesquisa tem por escopo avaliar as efetividades da política de assentamentos estabelecida para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas no Território Rural Vale do Ribeira, de acordo com seus objetivos institucionais que devem estar em alinhamento com o cumprimento da função social da propriedade rural prevista no artigo 186 da Constituição Federal.

Para tanto, a metodologia empregada valeu-se de um levantamento bibliográfico sobre os Projetos de Desenvolvimentos Sustentáveis situados no território, seguido de uma pesquisa documental em relatórios fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), seguida por uma pesquisa de campo com coleta de dados por meio de entrevistas e aplicação de formulários semiestruturados aos membros das famílias assentadas.

O artigo está estruturado por uma introdução e três tópicos complementares e independentes entre si. A introdução diz respeito às informações exordiais sobre a temática, a problemática e os objetivos da pesquisa. O primeiro tópico trata do referencial teórico sobre a Política de Assentamentos ambientalmente diferenciados; o segundo refere-se ao caminho metodológico da pesquisa e; o terceiro apresenta a análise dos resultados obtidos em campo e as discussões propostas sobre as efetividades da política pública

## **1. POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS E A EXPERIÊNCIA DE PDS's**

Em um Estado democrático, as políticas públicas englobam a atuação e distribuição do patrimônio coletivo e a formulação de decisões lógicas objetivando minimizar sua apreensão por grupos ou interesses pessoais. (OLSON, 1965 apud SOUZA, 2002). Analisar uma política pública mostra-se uma ferramenta de incremento da transparência das ações dos governantes. A observação destas, com enfoque apenas em suas metas e resultados quantificados, pode incorrer em apreciação parcial de sua significância.

As políticas de reordenamento agrário podem ser classificadas como políticas públicas estruturais e redistributivas, sendo as medidas redistributivas envolvidas no processo político entremeadas por disputas e centralizações (TEIXEIRA, 2002; FREY, 2000).

O reordenamento territorial, enquanto política pública, necessita da presença do Estado, que deve atuar por meio de leis, programas e incentivos (VILAS BOAS, 2001). Para a *Food and Agriculture Organization* (FAO), os processos de organização do espaço estão atrelados às definições de uso adequado do território e, são obtidos através de estudos relativos aos recursos naturais, atividades econômicas e sociais da região, de forma a respeitar a população local e sua dinâmica.

Tais processos de organização se dão por meio do parcelamento de terras e sofrem influência do meio ambiente com destaque para existência ou não de mecanismos de proteção de recursos naturais e/ou da organização de processos produtivos menos poluentes (LASKOZ, 2014). Nesta perspectiva, o INCRA interpôs uma política pública de Reforma Agrária, cujo objetivo é viabilizar o acesso das famílias à terra após a imissão de posse nas respectivas áreas, cuja característica mais marcante<sup>6</sup> é o instituto pela qual é adquirida, a chamada Desapropriação para fins de Reforma Agrária. Tal procedimento encontra-se previsto na Constituição Federal (CF) de 1988 em seus artigos 184 e 186:

**Art. 184.** Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

**Art. 186.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

O requisito ambiental citado no inciso II do art. 186 da CF, quando desrespeitado, seja pela utilização inapropriada dos recursos naturais ou pela não

---

<sup>6</sup> Salienta-se que existem ainda dois outros instrumentos de obtenção de terras para reforma agrária: o instrumento de compra convencional e a utilização de terras públicas (devolutas ou obtidas através de arrecadação).

preservação do meio ambiente, acarreta um aproveitamento irracional e inadequado da propriedade rural. Há, portanto, uma vinculação entre os elementos econômico e ambiental da função social, sendo impossível dissociá-los (SOUZA; SPERANDIO; ANTUNES, 2012).

Para Moura et al. (2008), uma das deficiências na implementação de assentamentos rurais está relacionada às questões ambientais, sobretudo, atinentes à legislação ambiental atual. A maioria dos problemas existentes em assentamentos foi provocada em momento anterior à sua implantação, refletindo um longo processo de destruição do meio ambiente, situação muitas vezes negligenciada pelo poder público.

Por essa razão, os movimentos sociais no campo vêm incorporando gradualmente pautas relacionadas à temática ambiental. A título de exemplo, tem-se a instituição dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), regulamentada pela Portaria INCRA nº. 477/1999, dispõe que os assentamentos rurais são destinados às comunidades que possam desenvolver atividades com baixo impacto ambiental e com bases sustentáveis de produção agropecuária. Uma das características neste modelo é que não há individualização de lotes, ou seja, a titulação é coletiva. A fiscalização e organização são de responsabilidade do INCRA, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do órgão estadual ou municipal do meio ambiente.

De acordo com o INCRA (1999), os elementos orientadores desta política são:

Estabelecer que os PDS's sejam criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos, para as populações que já exercem ou venham a exercer atividades extrativistas ou de agricultura familiar em áreas de preservação ambiental.

Atender as especificidades regionais, como uma forma de resgatar o valor econômico, cultural e social da floresta, das várzeas, não restringindo apenas ao seu potencial agrícola dentro do que é o enfoque tradicional;

gestão Valorizar a organização em seus diferentes níveis: na vida social, no trabalho e na da comunidade; a concessão do uso da terra, por determinado período, obedecendo a aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais e;

Fomentar o interesse ecológico na recomposição do potencial original da área atendendo a legislação ambiental.

Tais objetivos institucionais devem ser promovidos a partir dos instrumentos disponibilizados pelos órgãos gestores desde o planejamento, desenvolvimento e execução peculiares à cada PDS. Para Ferrante (1999), tais elementos constituem o

desenvolvimento de atividades produtivas associadas à conservação e recomposição dos recursos naturais encontrados na propriedade na ocasião da ocupação, através de técnicas sustentáveis, de forma a respeitar e possibilitar o acesso à terra ao homem, para produzir e reproduzir seu modo de vida, assim como, promover a produção de alimentos orgânicos como elemento principal no meio rural, de forma a contribuir para a saúde e melhoria da qualidade de vida e, por fim, estimular à viabilidade econômica desses assentamentos.

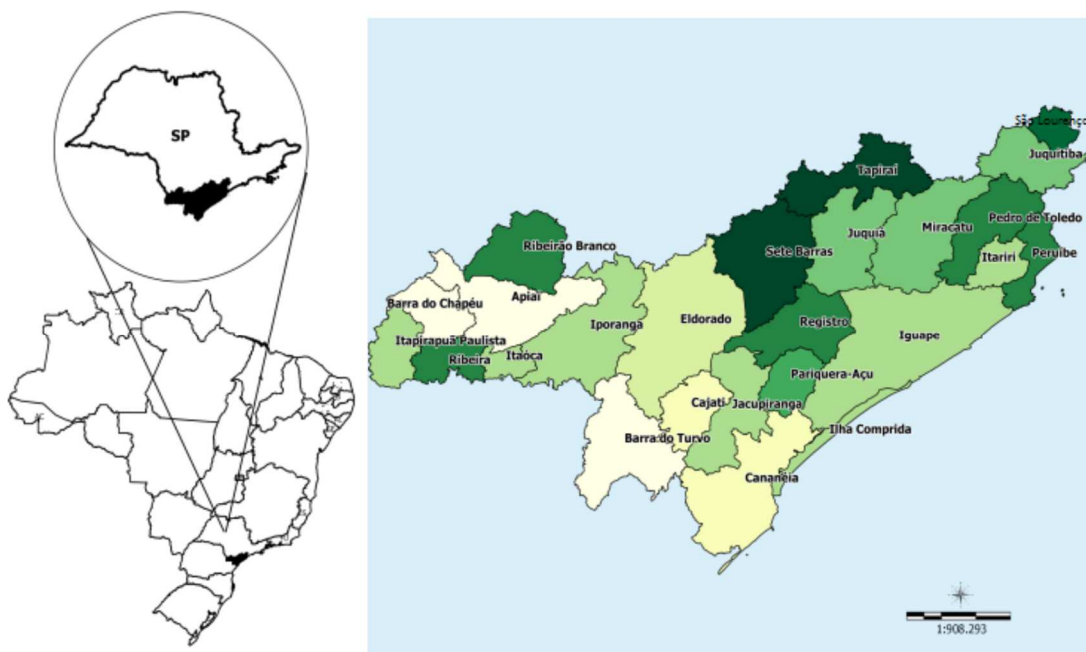
As bases de implantação dos PDS's são (i) o atendimento das especificidades locais e regionais ao invés de considerar apenas o potencial agrícola da terra; (ii) o interesse ecológico, além do social; (iii) a concessão de uso da terra por determinado período para a exploração coletiva, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais e; (iv) o interesse ecológico de recomposição do potencial original da área. (INCRA, 2006 apud FAGGIN, 2009). Ressalta-se a relevância dos PDS's para a preservação ambiental e a valorização das comunidades rurais e fomentado, sobretudo, o desenvolvimento rural sustentável.

## **2. METODOLOGIA**

O caminho metodológico deste estudo iniciou-se por meio de uma pesquisa documental realizada em relatórios do INCRA, que possibilitou a determinação do universo empírico a ser pesquisado: o Território Rural Vale do Ribeira. Este território está localizado na região sudeste do estado de São Paulo sendo constituído por 25 municípios (Figura 01), que contam com uma população de 443.325 habitantes. Destes, 114.995 são moradores da zona rural (25,94% do total): 7.037 agricultores familiares, 159 famílias em assentamentos rurais, 33 comunidades quilombolas e 13 terras indígenas (MDA, 2016).

Entre as famílias em assentamentos, 133 delas estão alocadas em dois assentamentos ambientalmente diferenciados: PDS's Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira e o PDS's Professor Luiz de David Macedo, os quais foram alvo dessa pesquisa.

**Figura 01.** Território Rural Vale do Ribeira



Fonte: MDA (2016).

#### A) PDS Alves, Teixeira e Pereira

O PDS Alves, Teixeira e Pereira fica localizado no município de Eldorado, no bairro rural Guapiruvu, próximo ao município de Sete Barras em uma área que já foi de uso particular antes conhecida como Fazenda Boa Vista. Essa área sofreu ocupação pelos primeiros habitantes do Guapiruvu e foi declarada terra devoluta no ano de 1943. Houveram ainda alguns conflitos no local, os quais tiveram início em 1966 com a reivindicação de uso particular da área (BERNINI, 2009).

Com a instalação do processo jurídico em que se reivindicava a usucapião da área, o local em questão passou a ser chamado de “área da posse”. O processo foi arquivado sem que os ocupantes tivessem sucesso e, pouco tempo depois, a área foi abandonada. Apenas em 1973, uma empresa passou a utilizar a área para produção de palmito e madeira, atividade esta que ocorreu até 1985, quando novamente o local foi abandonado. Em 1989, os moradores da comunidade do Guapiruvu passaram a ocupar novamente a área, fazendo com que os donos do empreendimento entrassem com uma ação de reintegração de posse, concedida em 1991 (BERNINI, 2009).

Em 1992 ocorreu o primeiro despejo judicial e a ação de jagunços voltou a fazer parte da rotina da comunidade: As ocupações da área continuaram e os crescentes conflitos com os jagunços instauraram um clima de temor. Ainda assim, em 1998 ocorreu o segundo despejo judicial e, a luta pela terra acabou por aproximar a

comunidade dos órgãos responsáveis pela resolução de conflitos fundiários: o INCRA e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Ainda que restrições ambientais competissem contra a instalação de uma área de assentamento no local em disputa, a causa terminou favorável à comunidade com a criação do PDS Alves, Teixeira e Pereira em 2005 (BERNINI, 2009).

O assentamento foi então destinado para 72 famílias do bairro Guapuruvu, sendo que 42 delas já praticavam atividades na área. As 30 famílias restantes foram incorporadas justamente por enfrentarem uma situação de falta de terra e de trabalho e por terem se envolvido na luta por terra na região em determinado momento. Muitas delas também mantinham uma relação de parentesco com os posseiros (ANDRADE, 2017).

#### b) PDS Prof. Luiz de David Macedo

O PDS Prof. Luiz de David Macedo localiza-se no município de Apiaí, afastado do perímetro urbano em cerca de 10 Km. O local, antes de tornar-se sede de um assentamento, era uma fazenda pertencente ao Banco América do Sul, denominada Fazenda Vitória. Esta passou por um processo de desapropriação por interesse social durante os anos de 2003 e 2006. A partir de 11 de setembro de 2004, cerca de 105 famílias reunidas e organizadas pelo Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) se mantiveram acampadas no acostamento da Rodovia SP 250. Ao longo do processo, algumas famílias desistiram da luta pela terra e outras se removeram para outros acampamentos no Estado de São Paulo (KAWAKAMI; RIBAS, 2010; MOAL et al., 2009).

Houve decisão favorável da 2ª Vara da Justiça Federal em relação à posse da fazenda, sendo a emissão de posse decretada no dia 28 de julho de 2006. A partir de então se deu o processo de criação do assentamento e, as famílias adentraram o local no dia 26 de agosto do mesmo ano. A Fazenda possui uma área total de 7.720,3 ha, sendo que destes, cerca de 6.800 ha são de Floresta Ombrófila Mista em diversos estágios de regeneração (KAWAKAMI; RIBAS, 2010; MOAL et al., 2009).

Foram aplicados questionários semiestruturados e realizadas entrevistas, entre os meses de maio e junho de 2018, com representantes de 20 famílias assentadas<sup>7</sup>, sendo 10 de cada assentamento pesquisado. A definição das amostras foi feita num

---

<sup>7</sup> O PDS Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, conta com 59 famílias e o assentamento Professor Luiz de David Macedo, possui 78 famílias (ARRUDA et al., 2017).



processo não probabilístico, a considerar, no caso dos agricultores, alguns fatores de conveniência, como rotas de acesso às propriedades.

A avaliação da efetividade dos PDS's foi feita por meio de um Indicador Ambiental (IA), já utilizado em outras pesquisas sobre sustentabilidade em assentamentos de reforma agrária. Há de se salientar que, em relação à sua utilização precedente, esse indicador passou por adaptação para ser aplicado e interpretado a partir de domicílios rurais com coletas de dados individualizadas. As respostas percebem um padrão binário, 0 (não) ou 1 (sim), e ao final são somadas para o alcance do IA. Este possui como finalidade diagnosticar, em um contexto de conservação ambiental, o nível do IA dos beneficiários do PDS. O IA é auferido a partir da aplicação de um formulário, composto por dez perguntas direcionadas aos beneficiários do programa. No formulário são abordadas categorias de análise, que se referem a questões básicas relacionadas à produção agrícola sustentável, como métodos utilizados para controle de pragas e prevenção da degradação do solo; verificação de uso ou não de fogo nas atividades agropecuárias; identificação de plantio de árvores para fins de conservação; existência ou não de área destinada à reserva de mata nativa; presença ou não de um sistema de esgoto ou fossa na propriedade; realização ou não de práticas como rotação de culturas, utilização de esterco, correção do solo etc.

Segundo Barreto, Khan e Lima (2005) uma questão fundamental é a preservação ou conservação do solo que consiste em uma proposição basilar para a sustentabilidade. Qualquer atividade agrícola que destrua o solo não pode ser concebida como uma prática concernente ao conceito de sustentabilidade.

Outra questão importante suscitada pelos autores é a biodiversidade. A prática de monocultura ocasiona a diminuição da biodiversidade local, implicando em um aumento significativo de pragas, o que contribui para a dependência por parte dos agricultores de defensivos agrícolas.

Após obter o IA em cada unidade familiar, foi conduzida uma análise interpretativa sobre os patamares encontrados (Quadro 1). Informações referentes à renda, assistência técnica; compreensão do programa por parte dos beneficiários, dentre outras, captadas a partir de questões abertas ou fechadas em cada formulário, foram posteriormente confrontados com o resultado da classificação do IA.

**Quadro 01.** Pontuação para classificação do IA por domicílio:

Baixo nível do indicador ambiental	$0 < IA < 5$
Médio nível do indicador ambiental	$5 < IA < 8$
Alto nível do indicador ambiental	$8 < IA < 10$

Fonte: Barreto, Khan e Lima (2005), adaptado pelos autores.

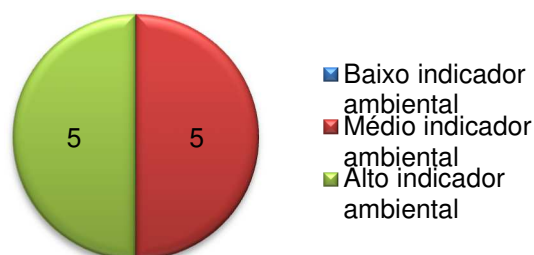
Com a realização das entrevistas e a obtenção do IA os dados foram analisados e confrontados com outras informações obtidas durante a pesquisa de campo, como por exemplo aspectos como o nível de escolaridade de cada um dos membros dos núcleos familiares, nível de acesso a políticas públicas, etc.

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados de mensuração do IA, apresentados nos gráficos 01 e 02, apontam que o PDS Professor Luiz de David Macedo apresentou alto nível do IA. Dentre os entrevistados deste assentamento, cinco famílias tiveram alto indicador e a outra metade detinha grau médio. Isso indica que este PDS tem um potencial de sustentabilidade que vem crescendo ao longo do tempo, mas que ainda apresenta alguns entraves, os quais serão abordados posteriormente.

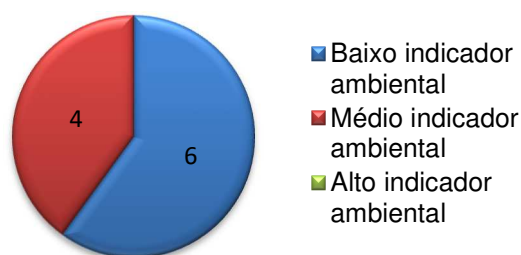
Já no PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, quatro grupos familiares apresentaram médio indicador ambiental e as seis famílias restantes obtiveram um nível baixo. Tais resultados evidenciam a existência de problemas quanto as práticas realizadas dentro dos lotes, que podem ser gerados por diversos fatores, como exemplo a falta ou imperícia da assistência técnica.

**Gráfico 01.** Indicador Ambiental (IA) do PDS Professor Luiz de David Macedo - Município de Apiaí



Fonte: Os autores, 2019.

**Gráfico 02.** Indicador Ambiental (IA) do PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira - Município de Eldorado

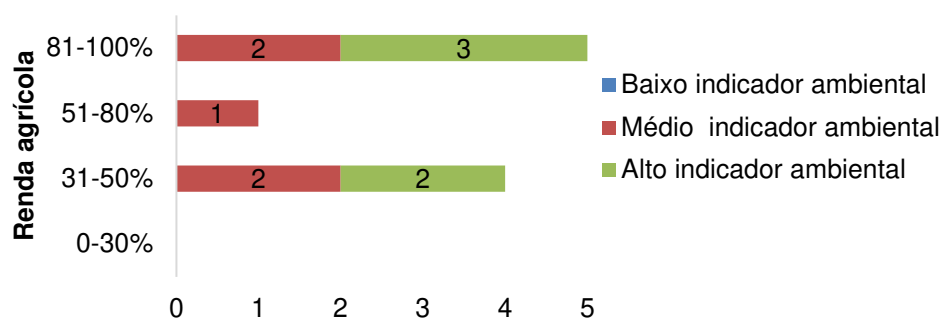


Fonte: Os autores, 2019.

Destaca-se que um dos elementos que contribuíram para esse indicador é a assistência técnica, uma vez que nos assentamentos investigados, o acesso à assistência técnica é limitado, sendo que somente três entrevistados (15% do total) alegaram ter recebido assistência técnica. Mesmo com esse auxílio não ocorreram grandes avanços tanto do ponto de vista produtivo quanto do ambiental.

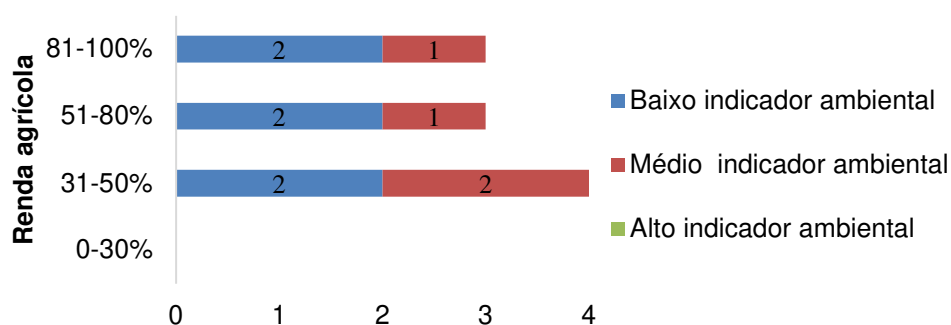
No tocante à renda agrícola, ou seja, o montante retirado do próprio lote, ver gráficos 03 e 04, é percebido o PDS Professor Luiz de David Macedo apresenta maiores níveis de renda agrícola bem como do indicador ambiental comparado ao PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira

**Gráfico 03.** Relação entre IA e renda agrícola do PDS Professor Luiz de David Macedo - Município de Apiaí



Fonte: Os autores, 2019.

**Gráfico 04.** Relação entre IA e renda agrícola do PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira - Município de Eldorado



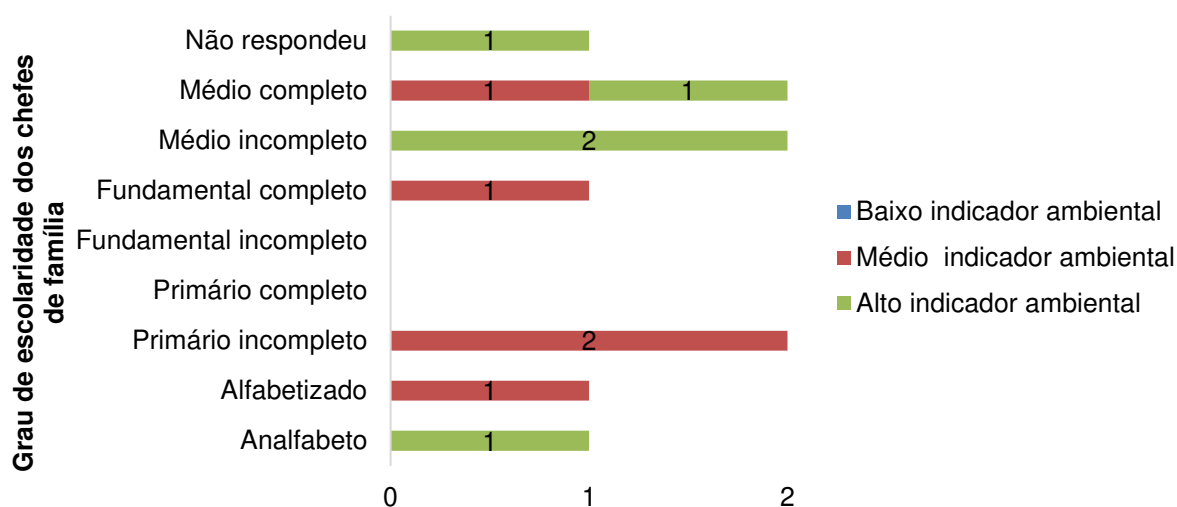
Fonte: Os autores, 2019.

Verifica-se ainda que, em sua totalidade os entrevistados indicaram que renda agrícola corresponde a mais de 30% da renda total do grupo familiar. Durante as entrevistas, percebeu-se a presença de outros programas governamentais, como o Bolsa Família, para complementação do orçamento familiar.

Nota-se ao analisar os Gráficos 05 e 06, que dentre os IA's encontrados, não há grandes concentrações de nenhum indicador em determinado nível de escolaridade em ambos os assentamentos. No entanto, dentre os entrevistados com alto IA, no PDS Professor Luiz de David Macedo, dois têm ensino médio incompleto e outro ensino médio completo. Por sua vez, no PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, o grau de escolaridade e o IA apresentaram baixa correlação, ou seja, a categoria escolaridade neste assentamento não se tornou-se um elemento facilitador de práticas sustentáveis.

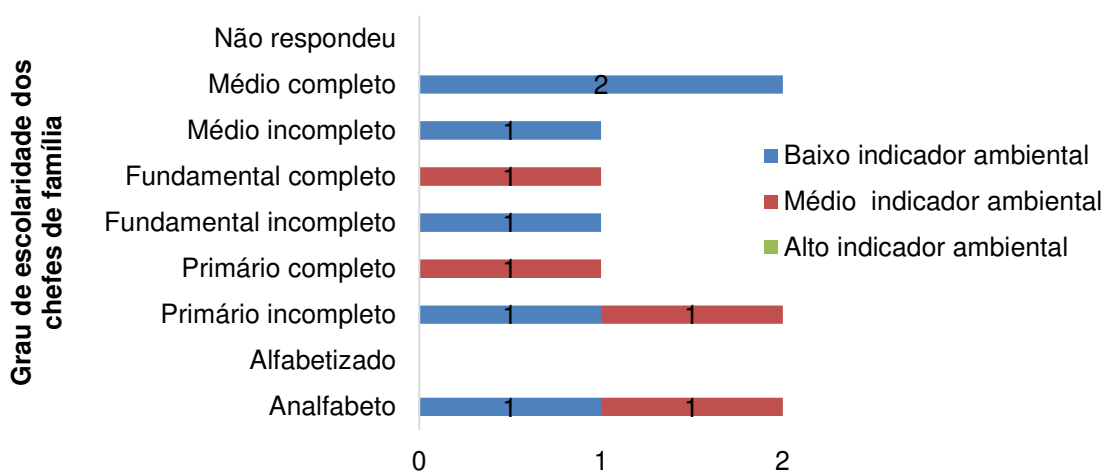
Salienta-se que, no quesito escolaridade, dentre os entrevistados com alto IA, 60% possuem nível médio de escolaridade, inferindo-se que o nível de escolaridade pode potencializar os níveis do IA, desde que haja estímulos para que os assentados possam capacitar-se.

**Gráfico 05.** Relação entre IA e grau de escolaridade dos chefes de família do PDS  
Professor Luiz de David Macedo - Município de Apiaí



Fonte: Os autores, 2019.

**Gráfico 06.** Relação entre IA e grau de escolaridade dos chefes de família do PDS  
Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira - Município de Eldorado

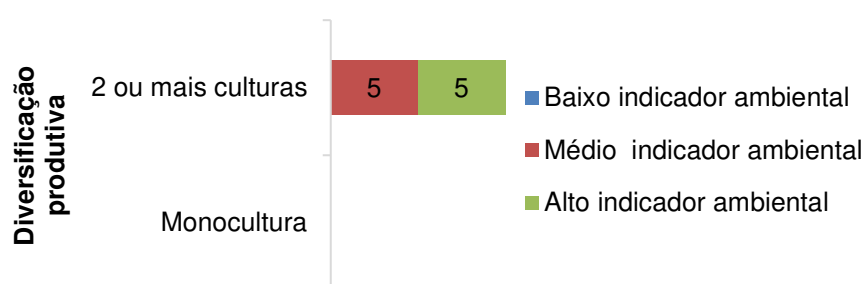


Fonte: Os autores, 2019.

Ao longo das entrevistas as famílias foram questionadas sobre cursos, oficinas e palestras sobre educação ambiental e práticas sustentáveis, das vinte entrevistadas, apenas seis (30% do total) informaram que tiveram acesso à cursos de educação ambiental e três (15% do total) relataram terem participado de oficinas de manejo e uso sustentável do solo e da floresta. Em ambos os casos somente 5% dos entrevistados compunham a classe de alto IA, o restante fazia parte do médio e baixo IA.

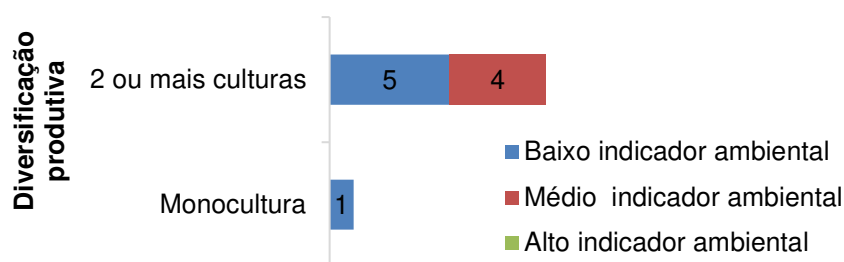
No PDS Professor Luiz de David Macedo, todas as famílias entrevistadas praticavam diversificação produtiva, sendo considerada como uma prática benéfica para os lotes tido como ambientalmente diferenciados, como mostra o gráfico 7. No PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira (Gráfico 8), excetuando um grupo familiar, todos os demais pesquisados desenvolviam mais de uma cultura em seus lotes.

**Gráfico 07.** Relação entre IA e diversificação produtiva no PDS Professor Luiz de David Macedo - Município de Apiaí



Fonte: Os autores, 2019.

**Gráfico 08.** Relação entre IA e diversificação produtiva no PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira - Município de Eldorado



Fonte: Os autores, 2019.

A diversificação produtiva caracteriza um fator positivo para a efetividade da política pública, haja vista que monoculturas causam maiores prejuízos ao solo e ao ecossistema como um todo.

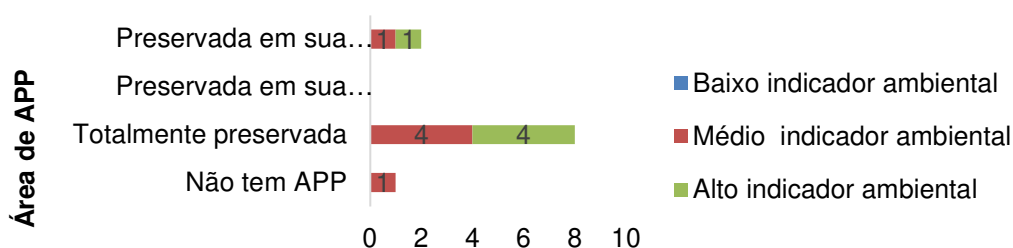
No tocante a essa diversificação, esta demonstrou-se elevada em ambos os assentamentos, já que apenas um entrevistado (5% do total) possui cultivo em sistema de monocultura, e, este o faz, de acordo com relato próprio, “para obtenção

de mais lucro com a cultura do palmito, que é muito explorada pela região de Eldorado”.

Àqueles que detêm alto IA, também detêm a maior diversificação produtiva, contando com três ou mais culturas nos lotes. O restante apresentou diversificação mediana, caracterizando um fator positivo já que o uso de monoculturas acarreta desgastes excessivos ao solo e acabam por afetar o ecossistema de um modo geral.

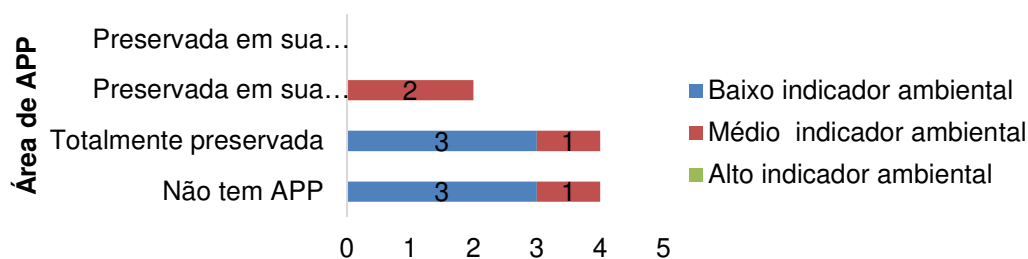
Observa-se nos Gráficos 09 e 10 que a Área de Preservação Permanente no PDS Professor Luiz de David Macedo, está em sua maioria preservada, somando um total de oito famílias que protegem a respectiva área. Por sua vez, no PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, percebe-se uma realidade um pouco diversa, já que apenas quatro famílias mantêm a proteção total das APP's.

**Gráfico 09.** Relação entre IA e situação da Área de Preservação Permanente (APP) no PDS Professor Luiz de David Macedo - Município de Apiaí



Fonte: Os autores, 2019.

**Gráfico 10.** Relação entre IA e situação da Área de Preservação Permanente (APP) no PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira - Município de Eldorado



Fonte: Os autores, 2019.

A tutela das Áreas de Preservação Permanente tem como sujeitos o solo, a vegetação e o ecossistema, os quais possuem funções pré-estabelecidas na biodiversidade. Outra função primordial das APP's é a proteção e manutenção dos

recursos hídricos, logo, a presença e a preservação dessas áreas em lotes de assentamentos da reforma agrária concebidos como PDS torna-se um elemento determinante para o sucesso da política pública, haja vista que o cumprimento desse pressuposto está conectado com o princípio constitucional da função social da propriedade.

Para além das variáveis analisadas nos gráficos, outras categorias também influenciaram nos níveis do IA em ambos os assentamentos, como a ocorrência de desmatamento e exploração madeireira (Quadro 02).

**Quadro 02.** Demais práticas investigadas:

<b>Categoria de Análise</b>	<b>Quantidade de famílias</b>	
	<b>PDS Professor Luiz de David Macedo</b>	<b>PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira</b>
Ocorrência de desmatamento	3	3
Exploração madeireira	1	4

Fonte: Os autores, 2021.

Como podemos visualizar no quadro 02, dentre as famílias entrevistadas, seis delas (30% do total) realizavam desmatamento em seus lotes, sendo três de cada assentamento.

Este indicativo é antagônico ao fundamento de assentamentos considerados ambientalmente diferenciados. No entanto, existe um vínculo causal para tal ocorrência, já que, segundo relatos dos entrevistados essa prática é utilizada como uma alternativa de substituição ao uso de agroquímicos durante a realização do preparo do solo para o plantio.

Ainda conforme o quadro 02, nota-se que 25% das famílias entrevistadas realizam a prática de exploração madeireira, sendo uma família pertencente ao PDS Professor Luiz de David Macedo e o restante no PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira. Dentre eles, dois estão classificados com baixo IA, dois com médio e um com alto, evidenciando mais uma vez que mesmo havendo um alto IA, existem alguns entraves que dificultam a concretização da sustentabilidade de forma genuína. Contudo, também é importante entender o vínculo que dá origem à prática, pois tal



exploração pode estar atrelada à geração de energia em fogões a lenha, principalmente no PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, o qual ainda não é abastecido pelo fornecimento de energia elétrica.

**Quadro 03.** Conhecimento sobre PDS e fiscalização dos órgãos responsáveis:

<b>Categoria de Análise</b>	<b>PDS Professor Luiz de David Macedo</b>	<b>PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira</b>
Recebimento de visitas de órgãos fiscalizadores	Sim, em parte	Sim, em parte
Conhecimento das finalidades do PDS	Sim, em parte	Sim, em parte

Fonte: Os autores, 2021.

Conforme informações ilustradas pelo quadro 03, em ambos os assentamentos os entrevistados afirmaram terem recebido visitas de órgãos fiscalizadores. No entanto, a maioria informou que isso só ocorreu durante a implantação do projeto até que houvesse a regularização do mesmo e que, atualmente, ocorrem com pouca frequência visitas da polícia florestal.

No que tange os questionamentos direcionados a partir dos programas oficiais de implantação de cada PDS, para averiguação das atividades que os órgãos governamentais articularam para que os objetivos institucionais fossem alcançados, 75% dos entrevistados admitiram terem grandes dificuldades em compreender a política, já que não houve um compartilhamento de informações acerca do projeto e das ações necessárias para contemplar melhor os objetivos da política pública. Esse pode ser um elemento determinante para esclarecer as incoerências dos padrões de insustentabilidade identificados nos lotes, pois, se tivessem havido cursos e palestras que promovessem o direcionamento dos entrevistados a realizarem práticas mais sustentáveis, é provável que as famílias entrevistadas tivessem compreendido melhor o projeto e conseqüentemente obtido melhores IA's.

## **CONCLUSÃO**

Em vias conclusivas, restou evidente a ineficiência de apoio governamental para com as famílias entrevistadas, ineficiência esta que se apresenta nos baixos níveis de IA de ambos os assentamentos.

Ao longo da apresentação dos resultados fica demonstrado que os assentados entrevistados do PDS Professor Luiz de David Macedo estão buscando seguir as diretrizes sustentáveis, porém, devido à falta ou à uma assistência técnica inábil, a maior parte das famílias não consegue obter uma produção economicamente viável, haja visto que, quando se implementam práticas mais sustentáveis, o manejo correto faz toda a diferença no momento de obtenção de produtividade.

Já no PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, ficou evidenciado que a realidade produtiva dos assentados ainda é mais conservadora, pois os mesmos ainda fazem uso de agroquímicos e possuem pouca diversificação produtiva, ações estas que vão na contramão em assentamentos concebidos como ambientalmente diferenciados.

Dessa forma, a efetividade da política pública em ambos os assentamentos fica comprometida já que a função ambiental e os objetivos institucionais não vêm sendo cumpridos em sua totalidade.

Contudo, é necessário destacar que ainda existem certas limitações no indicador eleito para avaliar tal política, limitações estas que precisam ser sanadas para obtenção de resultados mais concretos, portanto pretendendo-se estabelecer uma agenda de pesquisa para aprimoramento da metodologia utilizada e também para avaliação desta política em outros universos empíricos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. R. P. de. *A autonomia dos agricultores familiares do bairro do Guapiruvu, Vale do Ribeira Paulista*. 2017. 188 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2017. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330760/1/Andrade\\_FernandoRabelloPaesDe\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330760/1/Andrade_FernandoRabelloPaesDe_D.pdf) - Acesso em: set. 2018.

ARRUDA, T. P. ; CARDOZO, D. R. ; ALMEIDA, L. M. M. C. ; FERRANTE, V. L. S. B. ; BERNARDES FILHO, R. . (In) Segurança alimentar no PDS Santa Helena. *Revista de Política Agrícola*, v. 1, p. 31-44, 2017.

BARRETO, R. C. S., KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. Sustentabilidade dos Assentamentos no Município de Caucaia-CE. *Revista de Economia e Sociologia*, (pp. 225-247). Rio de Janeiro, Brasil, v. 43, n. 2, 2005. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032005000200002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032005000200002)

– Acesso em: set. 2018.

BERNINI, C. I. *De posseiro a assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, Sete Barras-SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02022010-151735/pt-br.php> - Acesso em: out. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Brasil, 1991.

FAGGIN, J. M. *Reforma Agrária, Sustentabilidade e Participação: o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Luiz, Cajamar – SP*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4323?locale=fr> - Acesso em: out. 2018.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais e agricultura regional: contrapontos e ambiguidades. *Retratos de Assentamentos*, p.73-101, n. 7. (1999).

FAO. Food and Agriculture Organization of The United Nations. Towards good land governance. *FAO Land Tenure Policy Series*, Draft version 0.1. Rome/Nairobi. 2008.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília – Distrito Federal, Brasil, v. 21, p.211-259. 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/0> – Acesso em: set. 2018.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Portaria INCRA nº. 477*, de 04 de novembro de 1999.

KAWAKAMI, A. Y.; RIBAS, C. E. D. C. *Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS e Novas Formas de Assentamentos – Uma Sistematização do Caso do Assentamento Professor Luiz David de Macedo – Apiaí - SP*. 2010, 115 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas,) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – Santa Catarina, Brasil, 2010. Disponível em: [https://m.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2010/00%20textos/sessao\\_3B/03B-13.pdf](https://m.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_3B/03B-13.pdf) – Acesso em: jan. 2019.

LASKOZ, A. A. *Ações e políticas públicas de ordenamento fundiário no meio rural*. Florianópolis – Santa Catarina, Brasil, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129624> - Acesso em: jan. 2019.

MOAL, M. F. L.; SANTOS, J. D. dos ; SOBRAL, J. P. ; KAGEYAMA, P. Y. . Planejamento e implantação de pastoreio racional e silvopastoril com leguminosas arbóreas no Assentamento PDS Prof. Luis De David Macedo em três áreas

demonstrativas para a produção de leite e carne. In: *VII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 2009*, Luziânia - GO. Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 2009.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação*. Brasília – Distrito Federal, Brasil. 2016.

MOURA, R. A. de; FERREIRA NETO, J. A. ; ANDRADE, M. P. de . Impactos Locais e Questões Ambientais: as experiências dos assentamentos rurais da reforma agrária brasileira. In: *VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: Cultura, Inovação e Território*, 2008, Coimbra. Anais do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, 2008.

RODRIGUES, M. A. G. *Politização da Questão Ambiental no MST: A agroecologia como estratégia produtiva e política*. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

ROMÃO, D. A. Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural*. 2006. 212p. (NEAD Debate, 11). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/md000036.pdf> – Acesso em: jan. 2019.

SOUZA, C. E. S.; SPERANDIO, V. C. A.; ANTUNES, A. Z. A função social da propriedade agrária e a sua colocação histórica, semântica e normativa. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 99. 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/a-funcao-social-da-propriedade-agraria-e-a-sua-colocacao-historica-semantica-e-normativa/> - Acesso em: fev. 2019.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas*. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo. 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf> - Acesso em: dez. 2019.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *Revista AATR*, 2002. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf) - Acesso em: dez. 2019.

VILAS BOAS, J. H.. *Bases teóricas e metodológicas da abordagem geográfica do ordenamento territorial aplicadas para o desenvolvimento de sistema de banco de dados georreferenciáveis: exemplo da Bacia do Rio Itapicuru*. (Tese de Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-23112007-150002/publico/TESE\\_JOSE\\_HENRIQUE\\_VILAS\\_BOAS.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-23112007-150002/publico/TESE_JOSE_HENRIQUE_VILAS_BOAS.pdf) – Acesso em jan. 2019.